

Fernando Venâncio Peixoto da Fonseca  
Lisboa, Portugal

## CHRONICAS BREVES E MEMÓRIAS AVULSAS DE SANTA CRUZ DE COIMBRA (P. M. H., *Scriptores*, pp. 23-32)

Alexandre Herculano intitulou assim, nos seus preâmbulos, quatro pequenas composições históricas (que se distinguem entre si pelos n.<sup>os</sup> I a IV), as quais, é ele quem o escreve, são evidentemente anteriores ao século XVI, e fazem parte do manuscrito 79 da Biblioteca Pública do Porto, originário do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Este manuscrito (a sua cota actual tem o n.<sup>o</sup> 103), uma parte do qual é de pergaminho e a outra de papel, compreende 47 folhas, em diversas letras da segunda metade do século XV. Os fragmentos n.<sup>os</sup> I e II oferecem ambos pouco interesse literário. O primeiro, no dizer de Herculano, é uma compilação de memórias isoladas coligidas sem ordem cronológica de diversas fontes, e interrompidas de tempos a tempos por matérias históricas; feita “na segunda metade do século XV”, estende-se até ao reinado de Dom Dinis, pois, se bem que os seus artigos se refiram também a tempos posteriores (o texto completo abrange factos relativos ao reinado de Dom Duarte), Herculano quis limitá-la àquele período.

Depois do excelente trabalho constituído pela *Introdução* de L. F. Lindley Cintra à sua edição crítica da *Crónica Geral de Espanha de 1344*, é impossível passar em silêncio grande número de dados importantes respeitantes a estas crónicas. Já vimos alguns deles quando tratámos, noutro local, da *Crónica Breve do Arquivo Nacional*. Cintra (*Ibidem*, página CCCLXXI e nota 145, na mesma página) salienta que duas notícias (as da trasladação dos restos de São Vicente para Lisboa e a fundação do mosteiro de São Vicente de Fora, e a da doação de 80.000 maravedis à Ordem do Hospital (*Script.*, I, p. 24, B) aparecem nesta crónica, uma mais completa, a outra menos, que na *Crónica de Vinte Reis*, sendo a mais completa a da doação ao Hospital. Vê-se assim, acrescenta, que as duas têm uma fonte comum. É possível que essa fonte seja a versão prolongada dos Anais portugueses, utilizados pelo autor da *Crónica de Vinte Reis* noutros passos, versão semelhante, mas neste caso particular diferindo algo, à *Chronica Gothorum*, onde estas notícias não estão incluídas.

Cintra escreve mais longe (p. CCCLXXIII), acerca das notícias da fundação da Ordem de Sant'Iago em Portugal, do povoamento de Santa Cruz de Coimbra e da fundação do Mosteiro de Alcobaça, que as duas primeiras se acham nesta crónica de forma mais completa que no fragmento n.<sup>o</sup> IV. A segunda contém no texto a indicação seguinte: “Em hum liuro da samchristia diz os primeiros irmãos religiosos que começaram e edificaram ho moesteiro de sancta vera cruz”. E Cintra prossegue: “Ora a I<sup>a</sup> *Crónica Breve* é uma compilação [...] de apontamentos de tipo analítico registados em várias épocas em livros de várias naturezas (como este “da Sacristia”) conservados no Mosteiro de Santa Cruz.” (*Ibidem*). Na nota correspondente (n.<sup>o</sup> 150), Cintra explica que entre estes livros se encontra o *Livro da Noa*, que

o compilador cita geralmente sob o nome de “psalteyro das eras”, na parte que Herculano não publicou.

“Segue-se uma rapida historia [a Segunda Crónica Breve] dos reinados de Affonso Henrique e de Sancho I, com o titulo: *Esta he a arenga que fezerom em lixbô quando fezerom as festas aa emperatriz filha delrey dom eduarte*. Apesar de designada como um discurso oratorio, esta composição é rigorosamente uma especie de chronica dos nossos doux primeiros reis. O titulo, porêm, mostra a epocha em que foi escripta.” (Herculano, *Script.*, p. 23). Na página CCCLIII da *Introdução à sus edição crítica da Crónica Geral de Espanha*, apoiando-se em A. Caetano de Sousa (*História Genealógica*, II, Coimbra, 1946, p. 315) Cintra diz-nos que essas festas se realizaram em 1451, portanto na data do texto, consagrado a um elogio dos dois primeiros reis de Portugal. E acrescenta: “Como recentemente [1949] demonstrou Magalhães Basto numa série de artigos publicados em *O Primeiro de Janeiro*, o autor da arenga baseou-se quase exclusivamente nos letreiros que, escritos em pergaminhos grandes, pregados em tábuas, se encontravam, nos inícios do século XV, no Mosteiro de Santa Cruz, sobre os túmulos de Afonso Henrique e de Sancho I.” (*Ibidem*, CCCLIII-IV). Cintra crê que esses letreiros são derivados da *Crónica de 1344* e de várias memórias conservadas no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, que o autor desta última não conheceu (estas memórias são-lhe mesmo parcialmente posteriores), mas que a *Crónica de 1419* já utilizara. Na nota 106 (das páginas CCCLIV-V), Cintra afirma em seguida a inexactidão da opinião de Gonzaga de Azevedo acerca da *II<sup>a</sup> Crónica Breve*, que se pode ler na sua *História de Portugal*, IV, página 281, onde diz que a considera (e a I<sup>a</sup> também) escrita em latim, pelo menos na maior parte, antes do fim do século XIII, e vertida em português em época posterior. Cintra termina assim a nota supracitada: “O valor que, como fonte histórica, lhe reconhece vem seguramente da utilização, a que me referi, de memórias conservadas no Mosteiro de Santa Cruz.”

Duas crónicas, para Herculano igualmente dos fins do século XV, são os outros monumentos. A primeira destas últimas, e a mais longa das quatro composições que começa na folha 30 r (pergaminho) e termina na folha 39 r, 1. 17 (a última), é dividida em capítulos e ocupa-se do conde Dom Henrique e do reinado do primeiro rei de Portugal. Herculano julgava que ela seria um primeiro ensaio de Duarte Galvão para a sua *Crónica de Dom Afonso Henrique*, ou lhe teria servido de base. O professor Rodrigues Lapa, nas suas magistrais *Lições de Literatura Portuguesa / Época Medieval* (5<sup>a</sup> ed. revista, cap. VII, p. 266), acha impossível a primeira hipótese, fundando-se no estudo do texto e na comparação com o fragmento IV, que, restava dizer, é uma crónica mais concisa, escrita noutra letra, que se estende até Dom Dinis e se consagra em particular ao reinado de Afonso I. Em 1934 (*Lições*, 1<sup>a</sup> ed., p. 206), para Rodrigues Lapa o fragmento III devia ser da segunda metade do século XVI, visto que parece muito mais moderno que o IV, escrito sem dúvida ainda na primeira metade do século XIV, depois da morte de Dom Dinis. Mas, mais tarde (*Lições*, 5<sup>a</sup> ed., 1964), Lapa renuncia prudentemente a uma localização no tempo tão precisa dos dois fragmentos, embora continue a achar o n.º IV mais antigo que o outro. Escreve Rodrigues Lapa (páginas 266-267) acerca do modo de datar os antigos textos portugueses: “Mas devemos ser prudentes em fixar datas e estabelecer relações entre os textos da nossa historiografia medieval. O modo como essas compilações históricas eram ordenadas, sobreposição nem sempre coe-

rente de redacções diversas no tempo e no espaço, torna frequentemente precária e ilusória a fixação de datas e precedências. Se aparece no próprio texto uma data precisa, o mais que isso significa é um ponto de referência para a redacção do último texto de que se compõe a ‘estoria’. Isto pressuposto, só fica margem para considerarmos as crónicas em si, nos seus caracteres *literários* e *linguísticos*.” Este notável historiador da literatura afirma que a crónica III provém doutra fonte, como se deduz de certas palavras: “a estoria nom divisa aqui os nomes deles” (*Script.*, p. 28), “Conta a estoria em este lugar” (*Ibid.*, p. 26), etc. Rodrigues Lapa mostra, comparando os passos correspondentes, que quem refundiu o fragmento III (que tem a mais, por exemplo, o episódio de Egas Moniz) tornou-lhe a redacção mais culta; resulta desta preocupação que o seu estilo perdeu por vezes o seu carácter concreto, a vivacidade e certo sabor bárbaro, omitindo, por exemplo, pormenores que, de maneira soberba, dão realce ao estilo. “Todavia, o autor de *B* [o fragmento III] soube juntar à pitoresca narrativa um episódio verdadeiramente shakespeariano: Afonso Henriques despe-se perante o cardeal de Roma e mostra-lhe, como sinais iniludíveis da sua fé, a cicatriz dos golpes recebidos en luta contra os mouros.” (*Lições*, 5<sup>a</sup> ed., p. 268). O próprio Herculano aproveitou esta narrativa no seu conto *O Bispo Negro*, uma das suas *Lendas e Narrativas*.

Em 1940, R. Lapa acrescentava ainda, a propósito do fragmento IV, que, embora o seu texto date do séc. XIV, era muito provável que a sua primeira redacção fosse mais antiga, do século XIII (cf. *Crestomatia Arcaica*, p. 36, nota acerca do trecho n.<sup>o</sup> 18).

Segundo Cintra (na Introdução à sua edição crítica da *Crónica Geral de Espanha* de 1344, página CCCLV) a *III<sup>a</sup>* e a *IV<sup>a</sup>* *Crónicas Breves* de Santa Cruz pertencem ao número das verdadeiras crónicas dos primeiros reinados, bem como a história dos reis de Portugal do *Livro de Linhagens* e a *Crónica de Portugal* de 1419. Acrescenta (*Ibidem*) que Magalhães Basto, publicando, em apêndice à sua edição da *Crónica de 1419*, por este descoberta e por Silva Tarouca, os capítulos da história portuguesa da *Crónica de Espanha*, pôs em relevo que o texto da *III<sup>a</sup>* *Crónica Breve* não passa duma cópia dos primeiros capítulos da história portuguesa da *Crónica de Espanha* (os do reinado de Afonso I, excepto o último). Depois ele lembra: “[...] foi Alexandre Herculano o primeiro a observar e apontar a íntima relação entre as *Crónicas Breves de Santa Cruz* e os capítulos de história de Portugal da *Crónica Geral de Espanha* [...]. Herculano hesitava, contudo, na posição relativa a atribuir aos vários textos. [...]” (nota 107, na página CCCLV). As poucas divergências entre o texto da *Crónica Geral* que M. Basto deu a conhecer e o do manuscrito 79, que dá nas variantes da sua edição, devem-se afirma Cintra (*Ibid.*, página CCCLV-VI), ao facto de que a *Crónica Breve* é extraída da segunda redacção da *Crónica* supramencionada, do fim do século XIV, e não da versão de 1460, a que pertence o manuscrito de Évora utilizado por M. Basto. A verificação directa deste facto, escreve ele, não é possível porque, no único manuscrito português, que se guarda da versão primitiva da segunda redacção da *Crónica Geral* (o da Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, pertencente ao século XV), omitiu-se toda a história dos reis de Portugal. Mas as abreviaturas ou omissões, no texto de Évora, de passos que se encontram no de Santa Cruz são idênticas às que caracterizam a versão de 1460, em toda a sua extensão, perante a redacção imediatamente anterior, prossegue Cintra. E, mais perfectamente que com o texto dos manuscritos de Paris, Évora e da Biblioteca Nacional de Lisboa, da *Crónica Geral de 1344*, o fragmento de Santa Cruz concorda com a tradução

espanhola da segunda redacção, conservada nos manuscritos do século XV que se acham em Madrid, e nos quais a história dos reis de Portugal, bem como a dos reis de Castela, termina em 1340, com a batalha do Salado (*Ibid.*, e nota 108, na p. CCCLVI). Porque não conhecia senão a versão publicada por M. Basto, em que a narrativa se prolonga até 1456, A. J. da Costa Pimpão, que, na sua *História da Literatura Portuguesa*, identifica já a *III<sup>a</sup> Crónica Breve* com os primeiros capítulos de história portuguesa da *Crónica Geral*, julgou que estes capítulos só tinham sido redigidos depois daquela data (*Idem*, continuação da nota 108).

Cintra escreve depois (*Ibid.*, p. CCCLVI) que a falta da totalidade dos capítulos de história portuguesa no manuscrito da Academia das Ciências de Lisboa vem dar importância excepcional ao texto de Coimbra para a reconstituição dos primeiros desses capítulos da segunda redacção.

Embora nós próprio tenhamos lido na Bibl. Públ. do Porto o texto do manuscrito das *Crónicas Breves*, que esperamos editar ao mesmo tempo que reproduziremos os microfilmes amavelmente emprestados pelo Prof. Lindley Cintra, transcrevemos a sua descrição paleográfica do manuscrito: “A letra deste fragmento [a *III<sup>a</sup> Crónica Breve*] é gótica, mais ou menos tão alta como larga, bastante angulosa. Caracteriza-se principalmente pelas hastes muito largas do *s* alto, do *d*, do *h*, do *f*, pelo abundante emprego de *R* maiúsculo e das consoantes duplas *ff* e *ss* iniciais e *ll* final. O *s* de dupla curva não ultrapassa a linha no sentido inferior mas a curva superior ergue-se acima do corpo das outras letras; o *m* e o *h* têm a perna direita encurvada para a esquerda por debaixo da letra; o *v* só aparece como inicial – a sua haste esquerda é bastante longa; o *j* ultrapassa o corpo das outras letras nos dois sentidos; é muito longa a curva inferior do *g*.” (*Ibid.*, páginas DXXI-DXXII).

Com a *IV<sup>a</sup> Crónica Breve* (que se estende da f. 39 v até à f. 47 v do ms. 79, que é a última) coincide quase perfeitamente na parte inicial (até Afonso III) a breve história dos reis de Portugal contida no título VII do *Livro de Linhagens*, sublinha Cintra (*Ibid.*, p. XCVII). Este investigador é de opinião que o autor da Memória do Arquivo Nacional da Torre do Tombo podia ter encontrado na *IV<sup>a</sup> Crónica Breve*, que segundo ele é a sua fonte, referência a Maria Pais e outros pormenores. Isto faz-lhe admitir a hipótese duma utilização desse texto, além da *Crónica de 1419* (*Ibid.*, p. CCCLIII e nota 100).

Cintra afirma também que a *IV<sup>a</sup> Crónica Breve* não é um fragmento da primeira redacção da *Crónica de 1344*: “[A] comparação revela-nos imediatamente que, não só [...] o reinado de Afonso Henriques, mas todos os reinados até Afonso III daquela redacção da *Crónica Geral* [a segunda], estão baseados no texto da chamada *IV<sup>a</sup> Crónica Breve*. Já em 1948 escreveu Magalhães Basto acerca deste texto: “ou muito nos enganamos ou esta não é mais também que um fragmento de qualquer versão da *Crónica Geral de Espanha*, em português, mais antigo que a chamada *III<sup>a</sup> Crónica Breve* de Santa Cruz de Coimbra. Será assim?” (*Ibid.*, p. CCCLVII). Acrescenta que a verificação directa da exactidão desta hipótese é impossível, não estando a história dos reis de Portugal contida no único manuscrito da primeira redacção da *Crónica de 1344*, e sendo a verificação indirecta, neste caso, mais difícil. Só a análise pormenorizada das divergências entre o texto de Santa Cruz e a parte correspondente

da *Crónica Geral*, unida ao conhecimento da situação relativa habitual das duas redacções, e o estudo do processo de formação de um e de outro destes textos, permitirão uma classificação definitiva da *IV<sup>a</sup> Crónica Breve* (*Idem, ibid.*).

Cintra crê que o texto do *Livro de Linhagens*, que lhe tinha sempre parecido anterior à primeira redacção da *Crónica de 1344*, deriva da *IV<sup>a</sup> Crónica Breve*, ao mesmo tempo que coincide com a segunda redacção da *Crónica Geral* em passos que não se acham na *Crónica Breve* (*Ibid.*, p. CCCLXXXII).

Depois de ter comparado vários textos, Cintra escreve na página CCCLXXXIII que é levado a negar que a *IV<sup>a</sup> Crónica Breve* seja simples extracto da história portuguesa da primeira redacção da *Crónica*. E mais adiante (p. CCCXXXV): “As provas até agora reunidas parecem-nos suficientes para nos fazer rejeitar definitivamente a suposição de que os capítulos de história portuguesa da primeira redacção da *Crónica de 1344* se nos tenham conservado na *IV<sup>a</sup> Crónica Breve* do códice 79 de Santa Cruz. [...] Sob este aspecto [estilístico], a *IV<sup>a</sup> Crónica Breve*, mais próxima do texto da *Crónica de Vinte Reis* do que a segunda redacção da *Crónica Geral*, deve, na parte que com ela tinha em comum, estar muito próxima da primeira redacção da *Crónica de 1344*.” Na nota respectiva (n.º 190) acrescenta que isto quer dizer que a perda de “concretismo [...] viveza e um certo sabor bárbaro”, que Rodrigues Lapa observou, ao comparar a *III<sup>a</sup>* com a *IV<sup>a</sup> Crónica Breve* (*Lições de Literatura Portuguesa, Época Medieval*, 2<sup>a</sup> ed., página 206), se notaria também, segundo ele, comparando esta parte da primeira com a segunda redacção da *Crónica de 1344*.

Com respeito à formação da *IV<sup>a</sup> Crónica Breve* de Santa Cruz (*Ibid.*, p. CCCLXX-III) escreve que o seu confronto com os capítulos de história portuguesa da *Crónica de Vinte Reis* demonstra que as histórias dos reinados de Afonso Henriques e de Sancho I que se acham na primeira não passam, quase inteiramente, de excertos das que se lêem na segunda. Diz também que há uma preferência visível da parte do redactor da *IV<sup>a</sup> Crónica* por trechos de carácter lendário. Na primeira parte do texto encontra-se a lenda do primeiro rei português quase totalmente privada dos trechos de carácter histórico com que se cruzava na *Crónica* anterior.

Até ao fim do episódio da vinda do Cardeal, só o começo e a notícia da batalha de Ourique, reforçada com a frase importante “e entom tomou por armas as cinco quinas”, não derivam da dita lenda. E Cintra escreve mais abaixo que o redactor da *IV<sup>a</sup> Crónica Breve* deve ter tido acesso ao material que serviu para a compilação da *I<sup>a</sup> Crónica Breve* ou a cópias desta. Quanto à notícia da fundação do Mosteiro, não aparece senão na *IV<sup>a</sup> Crónica Breve* e em uma nota marginal dum manuscrito de Alcobaça, escrita no século XV, a qual não é mais que um extracto desta *Crónica Breve*.

Cintra, nas páginas CCCLXXIV-V do seu trabalho inestimável, continua a comparar o relato da continuação do reinado de Afonso I e os reinados posteriores com o das crónicas castelhanas mais antigas, e escreve depois (*Ibid.*, e p. CCCLXXVI): “Não são conhecidas as fontes em que se baseou o redactor da *Crónica Breve* para ampliar os relatos dos reinados de Sancho I e Afonso II e esboçar os de Sancho II, Afonso II e D. Dinis, quando, como com

certeza aconteceu com a quase totalidade do de D. Dinis, se não baseou pura e simplesmente na tradição oral ou até na própria memória. As eras da morte dos vários reis é provável que as tivesse colhido em anais. Não conhecemos no entanto nenhum que as registem a todas.

A história do reinado de Sancho II, com a intervenção de vários personagens e a reprodução de um diálogo em discurso directo, tem [...] um carácter distinto de todo o resto da parte posterior a Afonso I deste fragmento. A fonte não deve ter sido uma narração secamente histórica. Lembremos que os acontecimentos da época de Sancho II foram glosados num ciclo inteiro de cantigas de escárnio de tema histórico. [...] Sem compararmos a *IV<sup>a</sup> Crónica Breve*, cuja constituição acabamos de analisar, com a parte correspondente da segunda redacção da *Crónica de 1344*, não a podemos classificar definitivamente. Limitar-nos-emos a situá-la em relação às fontes da *Crónica Geral*: é, como vimos, um derivado directo de uma das crónicas de Espanha, utilizadas pelo redactor de 1344, a *Crónica de Vinte Reis*. Não há nela vestígios de utilização da outra dessas Crónicas, da principal das fontes daquele redactor: a *Variante Ampliada* da Primeira Crónica Geral.”

Em apoio da sua tese segundo a qual a *IV<sup>a</sup> Crónica Breve* é a fonte do *Livro de Linhagens* de D. Pedro, Cintra escreve (*Ibid.*, p. CCCLXXVI) que a história dos reis de Portugal aparece, de maneira inesperada, incluída no Título VII dedicado ao “Conde dom Mondo”, começando por seguir fielmente a *IV<sup>a</sup> Crónica Breve*. Depois de ter enumerado as semelhanças e as diferenças no texto relativo ao reinado de Afonso I, prossegue, dizendo (*Ibid.*, p. CCCLXXIX) que a relação, no *Livro de Linhagens*, dos reinados de Sancho I a Afonso II é a cópia fiel da parte correspondente da *IV<sup>a</sup> Crónica Breve*, o que já não é o caso quanto ao reinado de Dom Dinis, não tendo o trecho relativamente longo consagrado a este rei no *Livro de Linhagens* senão poucos pontos comuns com as parcas linhas que se lhe referem na *Crónica Breve*. Fonte da *Crónica de 1344*, segundo Cintra, esta daí depende, na parte dedicada à história de Portugal, com as inovações características da *IV<sup>a</sup> Crónica Breve* em relação à *Crónica de Vinte Reis*, de que depende por seu turno.

Acerca das inovações da *Crónica de 1344* e das suas fontes Cintra observa, por exemplo (p. CCCLXXXVII n.º 194), que é a primeira a afirmar que o combate de Badajoz foi precedido de uma troca de recados entre os reis Leão e de Portugal, e explica que é possível que se trate dum novo arranjo do autor da própria Crónica, o qual teria achado demasiado brusca a maneira como, segundo a *IV<sup>a</sup> Crónica Breve*, Fernando II se lança ao ataque.

A propósito da origem da *IV<sup>a</sup> Crónica Breve*, Cintra escreve (*Ibid.*, p. CDI) que, no trecho respeitante à história dos reis de Portugal, encontramos entre a *Crónica de 1344* e a de *Vinte Reis*, um texto intermediário, o que é um caso único. E afirma “Uma única explicação me parece aceitável para este facto: a de que a *IV<sup>a</sup> Crónica Breve* seja uma primeira tentativa do Conde de Barcelos – posterior a 1340, mas anterior à própria redacção de um relato seguindo e completo da história dos primeiros reis portugueses. Já insatisfeita com ele quando o incluiu no *Nobiliário*, modificou o reinado de D. Dinis e acrescentou o de Afonso IV.”

No referente ao passo relativo a São Bernardo, Cintra (*Ibid.*, p. CDVI n.º 241) afirma que parece derivado duma lenda de São Bernardo.

Quanto ao texto de 1419 (o da *Crónica de Portugal*), aproxima-se mais, por vezes, da *IV<sup>a</sup> Crónica Breve* que da segunda redacção da *Crónica Geral*, mas não deixa de lá incluir passos não abrangidos na primeira, explica Cintra (*Ibid.*, p. CDVII n.<sup>o</sup> 294), que acrescenta: “Isto nos faz remontar a um texto intermediário que não pode deixar de ser o da primeira redacção da *Crónica*. Esta aparece-nos com as características que atrás supusemos: diversa da *Crónica Breve* e no entanto mais próxima dela quanto à redacção do que a versão que conservamos da *Crónica de 1344* [...]”.

As opiniões de Cintra são revistas e corrigidas na obra *De Alfonso X al Conde de Barcelos* (Madrid, 1962), pp. 205-288, por Diego Catalán Menéndez Pidal, em “cuatro estudios sobre el nacimiento de la historiografía romance en Castilla y Portugal”; este investigador chega, nomeadamente pela comparação dos textos das crónicas, às conclusões transcritas (ou resumidas) da sua edição da *Crónica de 1344*. A obra acima referida subintitula-se *La historiografía portuguesa antes del conde don Pedro de Barcelos. La primera crónica portuguesa de España y Portugal*. O seu sumário é o seguinte:

- I - La historiografía en Portugal antes del conde de Barcelos. Estado de la cuestión.
  - a) Portugal, ajeno a la tradición historiográfica neo-isidoriana.
  - b) La historiografía castellano-leonesa del siglo XIII en lengua vulgar invade al Portugal del siglo XIV.
- II - Una crónica portuguesa anterior a la obra historial de don Pedro de Barcelos.
  - a) Acenheiro, testigo de la historiografía medieval portuguesa.
  - b) “A Coronqua Gallega” o “de Galliza” conocida por Acenheiro.
  - c) La *IV<sup>a</sup> Crónica Breve* de Santa Cruz, probable fragmento de la “Crónica Gallega”, de Acenheiro.
  - d) La historia de España en la “Crónica Portuguesa de España y Portugal”
  - e) La historia de Portugal en la “Crónica Portuguesa de España y de Portugal”
  - f) Las noticias de estilo analítico en la “Crónica Portuguesa de España y de Portugal”
  - g) El desastre de Badajoz en la “Crónica Portuguesa de España y de Portugal”
  - h) El reinado de Alfonso Enríquez en la “Crónica Portuguesa de España y de Portugal”
  - j) La “Crónica Portuguesa de España y de Portugal” y las obras del conde don Pedro de Barcelos.

Vamos transcrever, traduzir ou resumir as conclusões a que chegou Diego Catalán na sua edição crítica do texto espanhol da *Crónica de 1344* “que ordenó el *Conde de Barcelos* don Pedro Alfonso”, por ele preparada com a colaboração de María Soledad de Andrés, no Seminário Menéndez Pidal da Universidade de Madrid, em 1970 (Editorial Gredos, S. A.). Eis, pois, parte do que se lê no respectivo prefácio (pp. LXXXVIII e segs.). Em vista de certas características da “Coronqua Gallega”, na designação de Cristóvão Rodrigues Acenheiro, “es imperativo el explorar la posibilidad de que este *Cronicón gallego-portugués de Acenheiro*”, como lhe chama Diego Catalán, “sea la obra de don-de se sacó la llamada *IV<sup>a</sup> Crónica Breve de Santa Cruz* de Coimbra.

Como L. F. Lindley Cintra hizo ya notar en 1951, la *III<sup>a</sup> Crónica Breve* son, simplemente, el traslado, sacado a fines del siglo XV para la biblioteca monacal de Santa Cruz de Coimbra, de los capítulos referentes a Portugal incluidos en sendas Crónicas de España. Cintra identificó el original de la *III<sup>a</sup> Crónica Breve* con la *Crónica de 1344* en una redacción refundida hacia 1400. Sobre la *IV<sup>a</sup> Crónica Breve* sólo llegó a una conclusión negativa: no es un extracto de la *Crónica de 1344* en su redacción primitiva. Aunque Cintra no consiguió identificar la crónica de donde se sacaron los capítulos que integran la *IV<sup>a</sup> Crónica Breve*, determinó, con toda precisión, el puesto que el fragmento ocupa en la sucesión de obras hispano-portuguesas que tratan de la historia de Portugal, y, como consecuencia de ello, precisó la fecha de la crónica desconocida dentro de un margen de años muy pequeña. La obra de donde se copió la *IV<sup>a</sup> Crónica Breve* es una crónica de España inmediatamente anterior a las obras del conde de Barcelos; es, sin duda alguna, la fuente inmediata utilizada por el Conde para la historia de los reyes de Portugal, tanto en la *Crónica de 1344*, como en el *Livro de Linhagens* (compuesto en 1343). Por otra parte, dado que en la *IV<sup>a</sup> Crónica Breve* se alude a la batalla del Salado (1340), se impone el fechar la desconocida crónica de España en 1341-1342. Esta fecha de 1341-1342, al ser la misma que hemos creído necesario asignar a la “Coronica Gallega” de Acenheiro, nos invita a pensar con cuidado los argumentos en favor de la identificación de este *Cronicón gallego-portugués* perdido con la obra de la cual se copiaron los capítulos tocantes a Portugal que integran la *IV<sup>a</sup> Crónica Breve*. Apesar de la dificultad de comparar ambos textos, pues bien poco es lo que sabemos de la parte portuguesa de la “Coronica Gallega” de Acenheiro, hay varias razones que favorecen la identificación.”

Citamos a última:

“11) La utilización, como fuente básica, del *Liber Regum* por el *Cronicón gallego-portugués* de Acenheiro nos identifica a esta Crónica como modelo más inmediato de las compilaciones históricas debidas a don Pedro de Barcelos, quien tanta cabida concedió en sus obras a la información de ese compendio historial de origen navarro. Por su parte, la *IV<sup>a</sup> Crónica Breve* es, según ha mostrado Cintra, la fuente inmediata del *Livro de Linhagens* y de la *Crónica de 1344* en lo relativo a historia de Portugal.

Frente a esta serie de [11] coincidencias, no hemos encontrado ninguna divergencia que desaconseje la identificación. Creo, por tanto, posible el considerar a la *IV<sup>a</sup> Crónica Breve* como un extracto del *Cronicón gallego-portugués* o “Coroniqua Gallega” que en 1535 consultó en Évora el bachiller Cristovão Rodrigues Acenheiro.

Una cuestión de gran interés para los orígenes de la historiografía portuguesa es la relación entre la *IV<sup>a</sup> Crónica Breve* (y, por tanto, del *Cronicón gallego-portugués* de Acenheiro, si es que son una misma obra) y la *Crónica de XX Reyes*. Según L. F. Lindley Cintra, las historias de Alfonso I y Sancho I de la *IV<sup>a</sup> Crónica Breve* no son, en su casi totalidad, sino extractos de las que se leen en la *Crónica de XX Reyes*. Sin embargo, no creo posible afirmar la filiación de la *IV<sup>a</sup> Crónica Breve* respecto a la crónica general castellana, pues las coincidencias sólo se extienden a los pasajes, largos o breves, de origen legendario o analístico con que la *Crónica de XX Reyes* completa la historia del Toledano y no a la materia procedente de esta importante fuente estructural. La sistemática ‘exclusión’ en la crónica portu-

guesa de los pasajes, párrafos y frases sueltos referentes a la historia de Portugal que en la *Crónica de XX Reyes* proceden de la obra del arzobispo don Rodrigo Ximénez de Rada no me parece explicada, según pensó Cintra, como el resultado de ‘uma visível preferência da parte do redactor da IV<sup>a</sup> Crónica Breve por trechos de carácter lendário’; creo mucho más lógico el pensar que tanto la *Crónica de XX Reyes* como la crónica portuguesa de España de la cual procede la IV<sup>a</sup> Crónica Breve tuvieron presente un texto historiográfico en que se combinaba un relato legendario sobre Alfonso Enríquez con un conjunto de noticias analísticas de origen portugués, y que el cronista castellano completó con esa fuente la historia de los primeros reyes de Portugal derivada de la *Historia Gothica* del arzobispo don Rodrigo.

La independencia, respecto al resto de la narración, de los pasajes de origen legendario y analístico que la *Crónica de XX Reyes* comparte con la IV<sup>a</sup> Crónica Breve resulta bien patente si comparamos la *Crónica de XX Reyes* con la *Crónica de Castilla*.<sup>10</sup>

Para Diego Catalán, “la leyenda de Alfonso Enríquez sólo pudo nacer en Portugal. [...] toda ella rezuma nacionalismo portugués. [...] Parece, por tanto, mucho más natural que la redacción de la *Leyenda* incorporada a la IV<sup>a</sup> Crónica Breve y a la *Crónica de XX Reyes* proceda bien más de un texto historiográfico portugués, y no castellano o leonés. También es más natural que un cronista portugués, y no del centro de la Península, tuviera conocimiento de las varias noticias analísticas incorporadas a la historia de los primeros reyes de Portugal por la IV<sup>a</sup> Crónica Breve y la *Crónica de XX Reyes*.<sup>11</sup>

Em 1981, na 10a edição, revista pelo autor, das *Lições de Literatura Portuguesa / Época medieval* (Coimbra Editora, Limitada), M. Rodrigues Lapa estabelecia assim o ponto da situação: “Está hoje provada a identidade entre esses capítulos da história dos nossos primeiros reis e os da *Crónica Geral de Espanha* dedicados à história de Portugal.” (p. 295) [...] “Devemos considerar todos esses estudos não propriamente como documentos históricos mas como prosa lendária, que procurou aureolar de poesia a figura do nosso primeiro rei e o seu titânico esforço, na trilha de seu pai, para fazer de Portugal um país independente. O carácter literário dessas narrativas levou dois estudiosos nossos de alto valor, os Profs. António José Saraiva e Lindley Cintra, a imaginarem a existência duma tradição épica, difundida por jograis e depois reduzida a prosa; as duas Crónicas Breves (III e IV) seriam o resultado dessa prosificação e um eco desses primitivos cantares jograescos. O segundo, porém, com base em certas identidades textuais, foi levado a crer numa origem leonesa dessa tradição, ao passo que o primeiro sustentou a sua inspiração portuguesa.

O pleito foi julgado favoravelmente para nós por um terceiro estudioso da mesma elevada qualificação, o Prof. Diego Catalán. Est último demonstrou que a IV<sup>a</sup> Crónica Breve não depende da *Crónica de Vinte Reis* espanhola, como supunha Cintra; ambas dependem de uma outra, necessariamente portuguesa. Na verdade, diz Catalán, o fio que une todos esses episódios é o tema da liberdade de Portugal, sucessivamente ameaçada pelo rei leonês D. Fernando II, pelo legado do Papa e até pela justiça divina, mas por fim alcançada graças à inteligência e ao sacrifício do primeiro rei de Portugal. “Que interesse podia ter um jogral leonês celebrando os êxitos e as vitórias de Afonso Henrique contra o rei de Leão”? Por

isso Catalán titula essa tradição épica de “Lenda da liberdade de Portugal”. (pp. 300-301) Lapa, na página 320 (in *Bibliografia*), acrescenta os pormenores abaixo:

“António José Saraiva, *História da Cultura em Portugal*, Lisboa, vol I (1950), págs. 153-165. Ultimamente: *Sobre o texto da tradição épica de Afonso Henriques*, separata da *Revue des Langues Néo-latines*, n.ºs 183-184 (1968), págs. 3-24. À base de um cerrado exame estilístico, afirma a independência do texto protuguês da *IVª Crónica Breve* em relação ao castelhano e insiste na origem portuguesa da lenda épica de Afonso Henriques.”

E, para terminar esta já longo trabalho, damos mais uma vez a palavra a Lindley Cintra, no artigo intitulado *Crónicas Breves de Santa Cruz de Coimbra*, na 3<sup>a</sup> edição, 1º vol., 1984, do *Dicionário das Literaturas Portuguesa, Galega e Brasileira*, dirigido por Jacinto do Prado Coelho:

“A *IVª Crónica Breve*, história resumida dos primeiros reis portugueses —de Afonso I a D. Dinis—, mostra ter sido redigida pouco depois de 1340 (contém uma alusão à batalha do Salado, mas não abrange o reinado de Afonso IV, m. em 1357). É muito semelhante, em grande parte da sua extensão, ao resumo da história de Portugal incluído no *Livro das Linhagens* do Conde D. Pedro e aos capítulos de história portuguesa da *Crónica Geral de Espanha*, e parece ser um fragmento de uma *Crónica* muito rudimentar *da Espanha e de Portugal*, um pouco anterior à *Crónica de 1344* (crónica que Cristóvão Acenheiro ainda pôde consultar e transcrever no sé. XVI). Confere-lhe particular importância o facto de contar a mais antiga versão em língua portuguesa da “lenda de D. Afonso Henriques”, que dela passou, refundida, para a *Crónica de 1344* e quase todas as crónicas imediatamente seguintes. Não é impossível, dada a proximidade de datas, que se tratasse de uma primeira tentativa do Conde de Barcelos para redigir a sua obra.”

Além dos *Scriptores*, publicaram extractos das *Crónicas Breves*: J. J. Nunes, *Crestomatia Arcaica* (pp. 151-155), A. Pimenta, *Fontes Medievais* (pp. 55-57), J. P. Tavares, *Selecta de T. Arcaicos* (pp. 190-193), C. de Oliveira e S. Machado, *Textos Portugueses Medievais* (pp. 463-464) e K. Roberts, *Anthology* (pp. 61-64).

António Cruz, *Santa Cruz de Coimbra na cultura portuguesa da Idade Média, Volume I. Observações sobre o “scriptorium” e os estudos claustrais* (Porto, 1964), publica em apêndice a leitura integral do códice que contém os Anais, Memórias e Crónicas Breves, depois de as ter estudado no capítulo de introdução à Segunda Parte (O “Scriptorium” conventual e a historiografia portuguesa). Esta introdução denomina-se “Anotações sobre os textos de historiografia preparados no “Scriptorium”, e interessam-nos em especial os n.ºs 6 (O “Livro das Lembranças” ou das chamadas “Crónicas Breves”) e 7 (Reflexões sobre os textos do “Livro das Lembranças”). Nesse trabalho, apoia-se nos estudos de Lindley Cintra, Diego Catalán e Magalhães Basto (respectivamente introdução ao 1.º vol da *Crónica Geral de Espanha de 1344*, *De Afonso X al Conde de Barcelos e Estudos* (vol. da colectânea da *Acta Universitatis Conimbricensis*, Coimbra, 1960). Por ocasião do XI Centenário da Presúria de Portugal, o mesmo professor da Faculdade de Letras do Porto deu a lume *Anais, Crónicas e*

*Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra* / Textos publicados com uma introdução, Porto, Biblioteca Pública Municipal, 1968 (177 pgs., in-4.º), cujo *Índice Geral* transcrevemos a seguir: Nota de abertura, 1. *Annales Portugalenses Veteres* / 2. Registros Analíticos Vários / 3. *Vida de D. Telo* / 4. Vida de S. Teotónio / 5. Livro das Eras / 6. Livro das Lembranças / 6.1. *Anais quattrocentistas* / 6.2. *Arenga e memórias avulsas* / 6.3. III<sup>a</sup> e IV<sup>a</sup> *Crónicas Breves* / 7. Vida do bem aventurado padre S. Teotónio primeiro prior que foi no mosteiro de Santa Cruz. A *Vida de D. Telo* (em português) vai de pgs. 106 a 116. Os *Anais quattrocentistas* contém a I crónica breve (90-99), na *Arenga e memórias avulsas* vêm a II crónica breve (99-101), a III<sup>a</sup> Crónica breve (pp. 130-139) e a IV<sup>a</sup> (pp. 139-147). Cruz publica *todo o texto*, dado que o seu objectivo é editar *todo o códice*.

Cerca de trezentas notas acompanham a nossa futura edição paleográfica, assinalando as principais divergências entre o texto dos *Scriptores* e o do manuscrito.

#### Povzetek

#### CHRONICAS BREVES E MEMÓRIAS AVULSAS IZ SAMOSTANA SANTA CRUZ V COIMBRI

Prispevek načenja vprašanja virov štirih starih portugalskih besedil, znanih pod skupnim naslovom *Crónicas Breves e Memórias Avulsas de Santa Cruz v Coimbri*. Kronike je objavil že A. Herculano v zbirki *Portugaliae Monumenta Historica*, ugotovitev virov pa je še vedno močno sporna. O teh kronikah so razpravljali L. F. Lindley Cintra, Rodrigues Lapa in Diego Catalán. Prva kronika je povzetek starejših, druga je iz leta 1424, tretja in četrta pa vzbujata največ različnih mnenj. Avtor dokazuje, da sta obe iz 14. stoletja; četrta naj bi bila napisana ne mnogo po letu 1340.